

CONCURSO PETROBRAS

PROFISSIONAL DE MEIO AMBIENTE JÚNIOR
ENGENHEIRO(A) DE MEIO AMBIENTE JÚNIOR
PROFISSIONAL JÚNIOR - ENG. DE MEIO AMBIENTE

Legislação e Licenciamento Ambiental

Questões Resolvidas

QUESTÕES RETIRADAS DE PROVAS DA BANCA CESGRANRIO



Produzido por Exatas Concursos

www.exatas.com.br

rev.3a

Índice de Questões

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - BR Distribuidora 2014

Q38 (pág. 2), Q53 (pág. 1), Q54 (pág. 4), Q55 (pág. 6), Q56 (pág. 7),
Q57 (pág. 3), Q58 (pág. 8), Q63 (pág. 5).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2014/1

Q23 (pág. 10), Q24 (pág. 9), Q32 (pág. 11), Q36 (pág. 12), Q37 (pág. 14),
Q49 (pág. 16).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2012

Q33 (pág. 18), Q35 (pág. 19), Q41 (pág. 21), Q43 (pág. 17), Q46 (pág. 23),
Q47 (pág. 24), Q49 (pág. 20).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2011

Q38 (pág. 25), Q39 (pág. 27), Q40 (pág. 28), Q41 (pág. 30), Q42 (pág. 26),
Q43 (pág. 31), Q44 (pág. 32), Q45 (pág. 33), Q51 (pág. 34).

Prova: Engenheiro(a) Ambiental Júnior - Petrobras Distribuidora 2010

Q33 (pág. 37), Q50 (pág. 35), Q51 (pág. 38), Q52 (pág. 39), Q57 (pág. 40),
Q66 (pág. 42), Q67 (pág. 41), Q68 (pág. 46), Q69 (pág. 44).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2010

Q46 (pág. 48), Q47 (pág. 49), Q51 (pág. 51), Q52 (pág. 52), Q53 (pág. 54),
Q54 (pág. 55), Q56 (pág. 56), Q57 (pág. 58), Q58 (pág. 61), Q59 (pág. 62),
Q61 (pág. 59), Q68 (pág. 64).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2008

Q26 (pág. 66), Q27 (pág. 67), Q33 (pág. 69), Q35 (pág. 71), Q36 (pág. 68),
Q38 (pág. 71), Q39 (pág. 72), Q63 (pág. 73), Q68 (pág. 74).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2005

Q31 (pág. 75), Q32 (pág. 76), Q33 (pág. 77), Q36 (pág. 79), Q42 (pág. 78), Q44 (pág. 80), Q45 (pág. 81), Q46 (pág. 84), Q47 (pág. 82), Q48 (pág. 85), Q51 (pág. 86), Q64 (pág. 88).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Transpetro 2006

Q21 (pág. 94), Q26 (pág. 90), Q30 (pág. 91).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Pleno - Transpetro 2006

Q22 (pág. 93), Q24 (pág. 95).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Transpetro 2011

Q33 (pág. 97), Q39 (pág. 100), Q40 (pág. 101), Q53 (pág. 102), Q55 (pág. 103), Q59 (pág. 98), Q61 (pág. 104), Q65 (pág. 105).

Prova: Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Transpetro 2012

Q30 (pág. 107), Q37 (pág. 108), Q39 (pág. 109), Q45 (pág. 111), Q65 (pág. 112).

Número total de questões resolvidas nesta apostila: 90

Questão 6

(Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - BR Distribuidora 2014)

O instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos que tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso a esse bem é o(a)

- (A) zoneamento hídrico
- (B) sistema de informações sobre recursos hídricos
- (C) enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água
- (D) outorga dos direitos de uso de recursos hídricos
- (E) cobrança pelo uso de recursos hídricos

Resolução:

De acordo com o Artigo 11 da Lei nº 9.433/1997, o regime de **outorga de direitos de uso de recursos hídricos** tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

Complementarmente, informa-se que o Artigo 12 da Lei supracitada estabelece os usos de recursos hídricos que estão sujeitos a outorga pelo Poder Público:

- I - derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;
- II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo;
- III - lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final;
- IV - aproveitamento dos potenciais hidrelétricos;
- V - outros usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água.

Alternativa (D)

Questão 12

(Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2014/1)

A Lei nº 12.305, de 02/08/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Segundo estes instrumentos legais, para atender às iniciativas de prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo, estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, descontaminação de áreas contaminadas, entre outras, o poder público poderá instituir algumas medidas indutoras, à **EXCEÇÃO** de

- (A) incentivos fiscais, financeiros e creditícios
- (B) cessão de terrenos públicos
- (C) fixação de critérios, metas, e outros dispositivos complementares de sustentabilidade ambiental para as aquisições e contratações públicas
- (D) apoio à elaboração de projetos no âmbito do MDL ou quaisquer outros mecanismos decorrentes da Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas
- (E) criação de certificados de poluição a serem negociados pelos geradores de resíduos

Resolução:

De acordo com o Artigo 42 da Lei nº 12.305 de 2010, o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:

- I - prevenção e redução da geração de resíduos sólidos no processo produtivo;
- II - desenvolvimento de produtos com menores impactos à saúde humana e à qualidade ambiental em seu ciclo de vida;
- III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;
- IV - desenvolvimento de projetos de gestão dos resíduos sólidos de caráter intermunicipal ou, nos termos do inciso I do caput do art. 11, regional;
- V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa;
- VI - descontaminação de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs;
- VII - desenvolvimento de pesquisas voltadas para tecnologias limpas aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII - desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos.

Nesse sentido, o Artigo 80 do Decreto 7.404 de 2010 estabelece que as iniciativas previstas no Artigo 42 da Lei nº 12.305/2010 serão fomentadas por meio das seguintes medidas indutoras:

- I - **incentivos fiscais, financeiros e creditícios;**
- II - **cessão de terrenos públicos;**
- III - destinação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- IV - subvenções econômicas;
- V - **fixação de critérios, metas, e outros dispositivos complementares de sustentabilidade ambiental para as aquisições e contratações públicas;**
- VI - pagamento por serviços ambientais, nos termos definidos na legislação; e
- VII - **apoio à elaboração de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL ou quaisquer outros mecanismos decorrentes da Convenção Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas.**

Sendo assim, a criação de certificados de poluição a serem negociados pelos geradores de resíduos não é uma das medidas indutoras previstas no Decreto supracitado.

Alternativa (E)

Questão 16

(Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2012)

A Lei nº 9.966/2000 dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.

Sobre essa lei, considere as afirmações abaixo.

- I - A autoridade marítima deverá realizar auditorias ambientais anuais nas plataformas, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.
- II - Os planos individuais de emergência de portos organizados, instalações portuárias e plataformas devem ser consolidados na forma de um único plano pela Secretaria Especial de Portos (SEP).
- III - Todo porto organizado, instalação portuária e plataforma, disporá, obrigatoriamente, de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição.

É correto **APENAS** o que se afirma em

- (A) I
- (B) II
- (C) III
- (D) I e II
- (E) II e III

Resolução:

- I- **FALSA.** Segundo o Artigo 9º da Lei 9.966 de 2000, **as entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias e os proprietários ou operadores de plataformas e suas instalações de apoio** deverão realizar auditorias ambientais bienais, independentes, com o objetivo de avaliar os sistemas de gestão e controle ambiental em suas unidades.
- II- **FALSA.** O § 1º do Artigo 7º da Lei 9.966 de 2000 destaca que, no caso de áreas onde se concentrem portos organizados, instalações portuárias ou plataformas, os planos de emergência individuais serão consolidados na forma de um único plano de emergência para toda a área sujeita ao risco de poluição, sendo que, de acordo com o § 2º do mesmo artigo, a responsabilidade pela consolidação dos planos de emergência individuais em um único plano de emergência para a área envolvida **cabe às entidades exploradoras de portos organizados e instalações portuárias, e aos proprietários ou operadores de plataformas**, sob a coordenação do órgão ambiental competente.

III- VERDADEIRA. Conforme previsto no Artigo 5º da Lei 9.966 de 2000, todo porto organizado, instalação portuária e plataforma, bem como suas instalações de apoio, disporá obrigatoriamente de instalações ou meios adequados para o recebimento e tratamento dos diversos tipos de resíduos e para o combate da poluição, observadas as normas e critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente.

Alternativa (C)

Questão 17

(Engenheiro(a) de Meio Ambiente Júnior - Petrobras 2012)

A Resolução Conama nº 23/1994 institui procedimentos específicos para o licenciamento de atividades relacionadas a exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e de gás natural.

De acordo com essa resolução, para a concessão da Licença Prévia para Perfuração (LPper) e da Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro), o empreendedor deve apresentar, respectivamente, o

- (A) Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- (B) Projeto de Controle Ambiental (PCA) e o Relatório de Avaliação Ambiental (RAA)
- (C) Projeto de Controle Ambiental (PCA) e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA)
- (D) Relatório de Avaliação Ambiental (RAA) e o Relatório de Controle Ambiental (RCA)
- (E) Relatório de Controle Ambiental (RCA) e o Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)

Resolução:

Os Incisos I e II do Artigo 5º da Resolução CONAMA Nº 23 de 1994 destacam, respectivamente, os documentos a serem apresentados pelo empreendedor para a expedição da Licença Prévia para Perfuração (LPper) e da Licença Prévia de Produção para Pesquisa (LPpro).

De acordo com o Inciso I do referido artigo, a obtenção da LPper autoriza a atividade de perfuração, devendo ser apresentado para a concessão desta o **Relatório de Controle Ambiental (RCA)** das atividades e a delimitação da área de atuação pretendida.

Segundo o Inciso II, a LPpro autoriza a produção para pesquisa da viabilidade econômica da jazida, devendo ser apresentado para a concessão desta o **Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA)**.

Alternativa (E)